



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 17**

### **9.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de junho de 2019**

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Manuela Pedroso (em substituição de Maria da Conceição Ceia Miranda, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Marco Antunes (em substituição de Fernando António Rebola, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Raúl Cordeiro (em substituição de José Pinto Leite, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Cristiana Mafalda Silveira Camejo, Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Luís Belinho (em representação de Bruno José Marchão Calha, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva. -----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos. Foi verificada a existência de quórum. Foi verificada a existência de quórum. Seguiu-se o período de intervenção do público. -----

#### **Período de intervenção do público:**

Não houve inscritos. -----

#### **Fora de ordem do dia**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Proposta – Comissão Livre e Independente por Portalegre (CLIP)**

“Segundo os artigos 73<sup>a</sup> a 75<sup>a</sup> da Constituição da República Portuguesa, o Estado tem o dever de promover “a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva. Assim, incumbe ao Estado promover a inserção das escolas nas comunidades e estabelecer a interligação entre o ensino e as atividades económicas, sociais e culturais. Também a Lei de Bases da Educação defende o desenvolvimento da educação e do sistema educativo através de um conjunto de princípios fundamentais: i) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes; ii) contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local; iii) contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo.

Assumindo a prioridade que deve ser atribuída à Educação no âmbito da política municipal e o seu papel no processo multidimensional de desenvolvimento do nosso território e da qualidade de vida dos jovens portalegrenses, o Grupo Municipal CLIP propõe que, no âmbito do nº 2 do artigo 33º do Regimento da Assembleia, a Assembleia Municipal possa deliberar sobre a constituição de uma Comissão de Educação, integrando, conforme previsto no nº 2 do artigo 35º, um elemento efetivo e um elemento suplente, de todos os Grupos Municipais representados na Assembleia presidida por Vossa Excelência.

Independentemente do ponto 3 do artigo 33º, indicar expressamente que as comissões e as suas áreas de acompanhamento deverão ser fixadas no início do mandato, consideramos que, num contexto atual marcado por mudanças no quadro legal, de necessidade de pronuncia informada sobre alterações no quadro de atribuições e competências municipais nessa área, de necessidade de priorizar opções, definir estratégias e identificar investimentos, quer no âmbito dos instrumentos de planeamento setorial municipais (Revisão da Carta Educativa Municipal) quer intermunicipais (Carta Educativa Intermunicipal), de necessidade de monitorizar e avaliar os resultados das ações executadas no âmbito do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo, se torna oportuno e útil, existir um acompanhamento de maior proximidade desta dimensão da política pública municipal por esta Assembleia e, através da partilha de conhecimentos, de reflexões e diálogo construtivo entre os diferentes Grupos Municipais, conseguirmos apoiar o executivo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

municipal nas decisões a tomar e na sensibilização e mobilização dos diversos atores chave da comunidade educativa para o processo.

Estas decisões, com impacte a médio e longo prazo, serão determinantes para assegurar a qualidade do sistema educativo municipal, compaginando a possibilidade de prestar um serviço público de excelência às nossas crianças e jovens e concorrendo para afirmar a nossa política educativa municipal como uma referência regional e nacional. Conforme previsto no artigo 34º do Regimento, competirá a esta Comissão acompanhar e refletir sobre estes e outros assuntos, centrados no presente objeto (Educação), devendo produzir Relatórios, sempre que os timings de decisão ou de apreciação de documentação assim o justifiquem. Estes relatórios, serão apresentados em sede das sessões da Assembleia Municipal, independentemente de poderem ser previamente discutidos e validados em reuniões com o executivo municipal (quando a urgência da decisão assim o determine) e nas reuniões ordinárias (trimestrais) da Comissão.

Conforme expresso no ponto 1 do artigo 36º, os trabalhos da Comissão serão coordenados por um Presidente coadjuvado por um secretário, propondo o Grupo Municipal da CLIP que a presidência referida seja assegurada pelo elemento a indicar por este Grupo Municipal.

Em caso de aprovação da presente proposta e segundo o estipulado no artigo 37º do Regimento, solicitamos a Vossa Excelência o agendamento, com a maior brevidade possível, da primeira reunião da Comissão (incluindo empossar os seus membros).”

Luís Carvalho acrescentou que a proposta da sua bancada, para a criação de uma Comissão de Educação, incidia no âmbito dos trabalhos daquela Assembleia e que a mesma decorria pelo facto de acharem que aquela era uma dimensão de política pública que devia ser valorizada, era uma dimensão onde todos deveriam participar e ter uma posição construtiva.

Independentemente do regimento da Assembleia consignar que as comissões e as suas áreas de acompanhamento devessem ser fixadas no início do mandato, entendiam que o momento era crucial, face ao novo quadro legal em vigor, naquela área política e, por outro lado, face à necessidade de uma pronúncia informada, relativamente à transferência de competências e às atribuições para o município e também face àquilo que era a necessidade no âmbito dos instrumentos de planeamento sectoriais, nomeadamente, ao nível da revisão carta educativa e da carta intermunicipal.

Havia, portanto, um conjunto de dimensões e de instrumentos, que estavam em curso, nos quais seria útil uma maior proximidade, relativamente àquelas temáticas, para se poder refletir, partilhar conhecimentos e criar relatórios com informação pertinente e ainda, apoiar o executivo nas decisões a tomar. Por outro lado, ter também um papel pro ativo na sensibilização e mobilização de alguns dos atores estratégicos para aquela dimensão e que, através da Assembleia e dos eleitos deveriam ter um papel



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mais interveniente. Em conclusão, a proposta prendia-se com a criação da comissão, onde estivessem representados um elemento efetivo de cada bancada e um elemento suplente, que pudesse tomar posse, brevemente, para se consertarem as posições.----

O presidente da mesa colocou à discussão a proposta apresentada pelo membro da CLIP. -----

Hugo Capote disse que não percebia o que é que motivava a criação daquela Comissão, naquele momento. Portalegre estava bem servida na área da educação, no que tocava à articulação entre os diferentes atores estratégicos. Lembrou que, por força de lei, o município tinha um Conselho Municipal de Educação, que funcionava regularmente e reunia representantes dos agrupamentos, de escolas, das associações de estudantes e das forças de segurança.

Entendia que resultaria num órgão consultivo para, conforme foi referido, apoiar o executivo nas decisões relativas à educação. Se, por outro lado, os próprios agrupamentos, nos seus conselhos gerais, já se faziam representar por membros da Câmara e do executivo ou por técnicos camarários, havendo uma troca regular de informação entre o que eram as necessidades dos agrupamentos escolares e o próprio executivo e, portanto, não via qual a premência de criar uma comissão, no âmbito da Assembleia Municipal, para discutir a educação.

Mais referiu que a CDU tinha sido proponente de uma comissão, sobre uma questão muito concreta (Fundação Robinson) e a mesma nunca chegou a funcionar.

Por um lado, tinham um histórico não muito abonatório em termos do funcionamento das comissões naquela Assembleia municipal e, por outro lado, na área da educação, já tinham interligação suficiente entre os diferentes atores estratégicos na área da educação concelhia, para não precisarem de criar outra comissão do género. -----

Maria do Rosário Narciso, relativamente à Fundação Robinson, disse que a situação era gritante, pois o património móvel e imóvel degradava-se de dia para dia. Salientou que a resolução número setenta, de dois mil e dezoito, recomendava medidas de preservação e valorização do património industrial da fábrica Robinson, possibilitando a sua rentabilização como recurso de desenvolvimento para Portalegre e ao serviço dos portalegrenses. Contudo, parece ter caído no esquecimento de muitos que a quiseram aprovar.

Perante tal, o Partido Ecologista “Os Verdes”, na última semana, levou a efeito duas ações, que passou a ler:

“Ao abrigo do artigo sexto, do decreto lei cento e quarenta e oito, de quatro de agosto de dois mil e quinze, foi no dia vinte e quatro de junho entregue pelos Verdes à diretora dos bens culturais, na Direção Geral do Património Cultural, em Lisboa, um pedido de abertura urgente do processo de classificação de interesse público do espólio da antiga fábrica Robinson, máquinas, documentos de arquivo e todo o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

restante espólio que a integrava e que não ficou abrangida, aquando da classificação do património edificado.

Este requerimento foi subscrito por um grupo de quarenta cidadãos, que aceitaram o desafio lançado pelo partido ecologista “Os Verdes” e o número de cidadãos convidados não foi aleatório, corresponde à altura de uma das chaminés da Robinson, a do fumo branco, que tem quarenta metros, querendo “Os Verdes” relembrar que esta simbologia do fumo branco é sinal de decisão.

Decisões é o que a Robinson precisa!

Nestes subscritores incluem-se pessoas de todas as idades, ativistas dos Verdes, sindicalistas, eleitos locais, antigos trabalhadores da Robinson, pessoas que têm desempenhado um papel ativo para a defesa e conhecimento deste património, como é o caso da jovem arqueóloga Susana Pacheco.”

A outra iniciativa que referiu foi a entrega de cerca de mil e quinhentas rolhas de cortiça, assinadas pelos portalegrenses, à senhora presidente da Câmara, levada a cabo pelo partido ecologista “Os Verdes”, na reunião de Câmara que decorreu na freguesia de Fortios, no dia vinte e seis de junho. Pretendeu-se com aquela ação dar voz à população de Portalegre, que era unânime na pretensão de ver nascer o museu da fábrica Robinson.

Com aquelas ações queriam apelar à dignificação e proteção daquele espaço, para que os portalegrenses se pudessem orgulhar da sua tradição de cidade industrial. Queriam também que a Robinson, a qual já foi parte da criação de riqueza da cidade, pudesse vir a sê-lo novamente, trazendo visitantes nacionais e internacionais, para que pudessem apreciar aquele espólio industrial único.

Por último, solicitou à presidente da Câmara Municipal que sentasse os vários pareceres à mesa, que ouvisse a população e que se empenhasse na melhor solução para proteção e valorização do património da fábrica Robinson, que era pertença dos portalegrenses. -----

Luís Carvalho perguntou à mesa se a proposta iria ser ali votada. -----

O presidente da mesa disse que a proposta iria ser votada, no período próprio para tal.

Luís Carvalho disse subscrever, na íntegra, o que o membro Hugo Capote tinha dito, uma vez que se existia uma área em que se conseguia sentar à mesa os atores mais relevantes, era a da educação. Por outro lado, o seu grupo entendia que, quer a experiência de cada um, quer as do exterior e o reposicionamento das bancadas municipais, relativamente a algumas dimensões, poderiam ser consertadas previamente. Seria proveitoso para aquela Assembleia que houvesse um trabalho prévio, para tentar encontrar as melhores soluções para aquelas questões.

Na sua opinião, os trabalhos a realizar no âmbito daquela comissão poderiam ser determinantes para se chegar a um consenso, relativamente à posição que queriam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

transmitir ao executivo e ao que poderia ser uma posição mais informada, quando da pronúncia efetiva daquela transferência para o município. -----

Hugo Capote disse que a CDU suspeitava que aquela questão tivesse por trás a história da transferência de competências e, avaliando a proposta do executivo, a sua não aceitação, por parte da CLIP.

Se houve partidos coerentes desde o princípio foram o PS, porque sempre aceitaram as competências que transitariam para os municípios e a CDU porque tinha percebido que, em todas as áreas, o município tinha aceite competências que nem sabia muito bem quais eram, como no exemplo dos veterinários municipais, em que todos se insurgiram. No entanto, não foi por tais factos que se criou uma comissão.

Portanto, se estavam ali para aligeirar o peso da consciência de alguns, a sua bancada não estaria disponível para o fazer. Não achavam que aquela comissão fosse apoiar nenhuma decisão do executivo municipal e o papel da Assembleia Municipal era sim o de fiscalizar as ações do mesmo.

Concluiu, dizendo que se deveria usar os dois anos probatórios e aceitar as competências para ver como corria.-----

Ricardo Romão disse que no final do mês de abril, tinha endereçado um e-mail ao secretariado daquela Assembleia Municipal, pedindo que lhe fossem facultados os discursos referentes à sessão solene do vinte e cinco de abril, e que tal não lhe foi respondido. No dia três de maio, voltou a enviar novo e-mail, a solicitar as gravações áudio do dia vinte e cinco e de dia vinte e nove de abril. Contudo, até à data, nada lhe foi respondido. Salientou que, não tendo havido a cedência daqueles elementos, gostaria de saber o porquê de tal facto. Sugeriu ainda à mesa que se pudesse dar mais transmissão do que se passava nas sessões da Assembleia Municipal, aos portalegrenses. -----

O presidente da mesa disse que, sobre questões administrativas, não tinha competência para falar, relativamente ao que lhe tinha sido questionado. Conforme o que estava na lei, os textos eram facultados com a letra da ata e não havia outra forma de o fazer, porque os mesmos, até serem vertidos na ata, eram propriedade daqueles que os leem. Por outro lado, as gravações áudio estava sempre disponíveis para consulta, mas não podiam ser remetidos aos peticionários.-----

Miguel Monteiro disse ao membro da CLIP, Ricardo Romão, que a referência a ser feita deveria ser ao monumental atraso na publicação das atas das reuniões de Câmara do executivo municipal.-----

### **ORDEM DO DIA:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **1 – Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**

O presidente da mesa lembrou que os membros daquela Assembleia tinham recebido um e-mail do chefe de gabinete da presidente da Câmara, Adriano Bailadeira, o qual dizia que tinham sido adicionados dois novos documentos, constantes na plataforma, que eram os seguintes: o ponto 1 - Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; e o ponto 12 – Informação, perguntas e respostas das escolas (fornecidas pelos agrupamentos de escolas).

Perante tal situação, informou que só havia um titular de órgão político com competência para remeter à plataforma e aceitar à ordem do dia qualquer documento que fosse colocado para discussão.

Salientou que os documentos foram colocados na plataforma da Assembleia Municipal pelo chefe de gabinete ou por ordem do mesmo, sem que para tal tivesse havido despacho do presidente da Assembleia Municipal. Portanto, dadas as circunstâncias, referiu que não podia decidir sozinho sobre a admissão daqueles pontos e solicitou aos grupos municipais que se pronunciassem sobre a matéria. -----

Miguel Monteiro disse que o PS estava, obviamente, de acordo com as palavras do presidente da mesa e achavam inaceitável que alguém se quisesse substituir àquilo que eram as competências do presidente daquela Assembleia Municipal e, por arrasto, da própria Assembleia Municipal. -----

Hugo Capote disse ter havido uma falha de formalismo e que se havia uma marca da CLIP a ressaltar, era o desrespeito pelas regras da Assembleia.

O entendimento da CDU era de que não havia qualquer maldade por detrás daquela intenção do chefe de gabinete da senhora presidente da Câmara e estariam disponíveis para aceitar os documentos em causa. -----

Joaquim Barbas disse tratar-se de uma questão de forma e o presidente da Assembleia Municipal compreenderia que, apesar de a informação não ter tomado o circuito normal, poderiam estar ali disponíveis para a aceitar. -----

Ricardo Romão achava que tinha sido um lapso, não intencional. -----

Cristiana Camejo disse que a informação referente ao ponto doze não tinha sido totalmente disponibilizada pelo diretor do agrupamento de escolas do Bonfim, na parte das perguntas e respostas que lhes tinham sido disponibilizadas. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse estar de acordo com o presidente da Assembleia Municipal, a propósito dos documentos colocados na plataforma pelo chefe de gabinete, e pediu desculpas pelo sucedido.-----

Hugo Capote perguntou à mesa se a questão da comissão era votada antes das deliberações. Quanto ao relatório, referiu que se sentiu algo violentado quando a presidente da Câmara fez publicidade da barragem do Pisão. Perguntou à presidente da autarquia no que é que a mesma tinha contribuído para que a barragem viesse para o distrito de Portalegre. Não tinha dúvidas que a presidente, nas suas múltiplas reuniões ao longo dos últimos anos, teria abordado com alguns elementos de estado, aquela questão, bem como tivesse exercido o seu magistério de influência. No entanto, como é que os portalegrenses sabiam que a atual presidente da autarquia tinha elevado aquela bandeira e se tinha agora apropriado da paternidade, partilhada, da questão do Pisão.

Perguntou à mesma se lhe podia lembrar uma intervenção pública onde tivesse defendido a barragem do Pisão, ou até mesmo escrita.-----

A presidente da Câmara esclareceu que fez várias intervenções no assunto, uma das quais naquela sala, no seminário “Mais Alentejo”, na presença do ministro do ambiente e também do ministro da agricultura. No entanto, podia enumerar outras intervenções sobre a questão mas, acima de tudo, o que interessava era que todos os presidentes do Alto Alentejo se tinham unido em torno daquela questão, bem como a maioria dos cidadãos, dos deputados, dos membros da Assembleia, tentando que o projeto fosse para a frente.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara de que forma é que tinha sido construído o programa relativo às comemorações do dez de junho, ou melhor, como é que tinha funcionado a articulação com a casa civil e militar da presidência da república e a autarquia.-----

A presidente da Câmara disse que tinham sido feitas várias reuniões, quatro em Portalegre e duas na presidência da república, onde foi delineado o programa do dez de junho. Quem tinha delineado o programa foi o presidente da república, acomodando as várias propostas ao mesmo.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se tudo o que se tinha passado foi decidido pela presidência da república.-----

A presidente da Câmara respondeu afirmativamente.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Maria do Rosário, relativamente ao relatório, na parte em que dizia que a violência doméstica tinha aumentado no distrito, perguntou à presidente da Câmara se tinha conhecimento de quais tinham sido os fatores que contribuíram para tal e se iria ser feito algo para inverter aquele facto.

Quanto à evocação dos cinquenta anos da morte de José Régio, perguntou se estava a pensar convidar o agrupamento de escola com o mesmo nome para participarem.----

A presidente da Câmara, relativamente às questões sobre a violência doméstica, disse que os dados resultavam de um relatório apresentado pelo NAV, na sequência de um trabalho mais próximo que tinham vindo a desenvolver. Provavelmente o aumento foi por haver mais conhecimento. Com a NAV e a APAV a trabalharem no território havia a possibilidade de ir mais longe e identificarem mais casos. A legislação também era mais apertada atualmente e portanto fazia com que houvesse mais casos a serem incluídos, naquele contexto. Acrescentou que a Cruz Vermelha era quem fazia a ligação a par e passo com o concelho.

Quanto à evocação da morte de José Régio, referiu que iria ter o seu auge na última parte do corrente ano e no próximo. Estavam a tentar reunir com Vila do Conde e com as direções regionais do Alentejo para traçar uma estratégia, onde, claramente, eram incontornáveis as escolas.-----

Luís Carvalho, relativamente à implementação da porta de entrada no Parque Natural da Serra de S. Mamede, pediu detalhes sobre o projeto em causa, o qual deveria ser fundamental para desenvolver o turismo no concelho, afirmando o posicionamento, em termos regionais. Gostaria de tentar perceber até que ponto o projeto estaria articulado numa estratégia mais ampla, no desenvolvimento de uma atividade bastante importante. -----

A presidente da Câmara lembrou que cerca de quarenta por cento do território do concelho se encontrava dentro do Parque Natural. No entanto, quem visitava o mesmo não tinha informação suficiente disponível sobre a sua biodiversidade. Salientou que era o segundo parque mais humanizado de Portugal, em termos quer dos produtos endógenos, quer daquilo que os habitantes podem fazer naquela área.

A informação teria de ser sistematizada para se poder ter os recursos à mão e, perante tal, a secretária de estado do território quer implementar portas de entrada para o parque, facilitando todas atividades ligadas à natureza. -----

### **2 – Atas n.ºs. 15 e 16 relativas à sessão solene do 25 de abril e à reunião ordinária realizada em 29 de abril de 2019, respetivamente;**

Não houve intervenções a registar.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa propôs que se discutissem em conjunto os pontos três e quatro da ordem de trabalhos. -----

### **3 – 1.ª Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre/2019;**

- Deliberação da CMP de 15.05.2019 -

### **4 – 1ª Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre /2019;**

- Deliberação da CMP de 15.05.2019 -

João Meira, relativamente à receita da autarquia, disse que na alocação feita à mesma, foram apresentadas duas candidaturas a fundos comunitários (Av.ª Francisco Fino e piscina dos Assentos), nas quais acreditava que estivessem a ser elaboradas, bem como na correspondente despesa que ia para além dos grandes opções do plano e do plano plurianual de investimentos, em que era cumprida a mesma afetação.

No entanto, do lado da receita, encarou com uma rubrica, referente aos resultados transitados, no valor de trezentos e sessenta e nove mil euros, assim como outra rubrica, do lado da despesa, de trezentos mil, novecentos e trinta e cinco euros para “outros trabalhos especializados”, relativos à Câmara Municipal. Perante aqueles números, era preciso ter condições para se saber qual a estratégia que o executivo municipal pretendia prosseguir, no que tocava à aplicação dos resultados transitados, relativos ao ano de dois mil e dezoito.

Perguntou à presidente da Câmara o que é que iria fazer com trezentos mil euros e com as duas candidaturas aos fundos comunitários. Do ponto de vista técnico, perguntou se a candidatura já estava iniciada. -----

A presidente da Câmara disse que aquelas candidaturas já estavam aprovadas e homologadas. Portanto, já podiam contar com a parte definida das mesmas. No entanto, ainda não podiam avançar com o projeto, porque tinham de ir à banca e ao Tribunal de Contas.

O objetivo daquela revisão orçamental era alocar o saldo de gerência de dois mil e dezoito, parte da verba era comprometida à aquisição de um equipamento (varredoura) para a parte do ambiente. As outras partes das verbas eram para suprir uma falha existente no subsídio para com a ação humanitária dos Bombeiros Voluntários e, finalmente, numa outra rubrica, a ser utilizada como os elementos do executivo entenderem melhor. Estavam ainda a abrir outra rubrica, não existente no orçamento, para a Avenida Francisco Fino, para a piscina municipal e o projeto do wi-fi. -----

João Meira disse à presidente da Câmara que, para que uma candidatura pudesse ser homologada e aprovada, um dos documentos obrigatórios previstos pelo Alentejo 2020 era o extrato do plano plurianual de investimentos e do orçamento onde estava



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

prevista a obra. Perguntou à presidente da Câmara qual tinha sido o rigor de aprovação da candidatura e qual era a alocação que a mesma fazia aos trezentos mil, novecentos e trinta e cinco euros e não aos trezentos e sessenta e nove.-----

A presidente da Câmara disse que aquele dinheiro ficaria parado até que houvesse uma decisão da Câmara. Lembrou que tinham a candidatura da Câmara velha, a qual poderia ser a contrapartida nacional e tinham outras em desenvolvimento. A alteração orçamental teria de ser sempre feita em reunião de Câmara, com o consenso de todos, obviamente. Salientou que o assunto não iria para ratificar.-----

Hugo Capote referiu que o principal dever de um executivo era apresentar um orçamento. Recordou que a atual presidente da Câmara ainda não tinha conseguido fazer aprovar nenhum orçamento, para o ano em curso e que desde fevereiro não apresentou outro exercício orçamental. Tratava-se de uma questão formal, porque aquilo que agora estava ali a ser pedido era o modo de a autarquia ficar com trezentos mil euros para gastar onde quisesse, como se de um cheque em branco se tratasse e sem que fosse possível saberem onde foi gasto, pelo facto de não existir orçamento. Na opinião do grupo do PCP/PEV, tratava-se de um desrespeito àquela instituição estar-se a apresentar ali, a meio do ano, uma revisão orçamental, quando nem sequer foi apresentado um novo orçamento. Governar daquela forma não era correto nem legítimo e não era, por certo, o melhor para Portalegre. -----

Joaquim Barbas disse que aquela revisão orçamental incluía obras importantes, as quais seriam do interesse de toda a população. O PSD não tinha nada contra e poderiam votar a favor, sabendo onde é que o dinheiro seria, efetivamente, aplicado. --

João Meira perguntou à presidente se a mesma se comprometia com aquela Assembleia Municipal a confirmar que as candidaturas em causa estariam aprovadas. Mais perguntou se a presidente estava a pedir aos grupos municipais que aprovassem dois projetos estruturantes para o concelho (Av.ª Francisco Fino e piscina Assentos), uma nova varredoura, a atribuição de parte do devido aos Bombeiros e trezentos mil euros para fazerem o que entendessem, na base do consenso dos vereadores. -----

A presidente da Câmara salientou que a lista onde poderia aplicar os trezentos mil euros era enorme e que as candidaturas estavam a ser desenvolvidas, com prioridades a serem assumidas pelo executivo municipal.-----

Hugo Capote perguntou à presidente porque é que não fazia um orçamento, uma vez que tinha aquele montante.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara Municipal disse que o tinha de fazer, mas precisava do saldo de gerência, para dar cumprimento a algumas coisas, como por exemplo o contrato celebrado a meio do ano passado. -----

Miguel Monteiro considerou que alguns dos investimentos que ali estavam eram essenciais para resolver alguns “buracos negros” da cidade. O que ali tinha ficado bem patente foi que todas as bancadas ali presentes estavam a agir de boa fé e com vontade política para se resolverem os problemas.

Contudo, uma vez mais, a presidente da autarquia não esteve à altura e desperdiçou a oportunidade.

Do ponto de vista técnico, desejou que a presidente da autarquia estivesse suficientemente pronta para esclarecer ali o cheque em branco, pedido aos membros, mas foi incapaz de lhes dizer, concretamente, o que é que pretendia fazer com a verba. Salientou que a mesma não tinha legitimidade, absolutamente nenhuma, para voltar a chantagear a Assembleia Municipal e misturando um problema gravíssimo de viabilidade financeira dos Bombeiros Voluntários com um conjunto de investimentos que ali estavam presentes.

Há dois meses, com uma mera alteração orçamental, a presidente da Câmara podia ter repostado, a favor dos Bombeiros, o que lhes foi tirado, pelo mesmo meio.

Salientou o facto da presidente da Câmara insistir em desrespeitar aquela Assembleia Municipal.

Concluiu, dizendo que a presidente da autarquia só teria a perder, pois preferia gastar o dinheiro no seu eleitoralismo, em vez de resolver os problemas do concelho. -----

Hugo Capote referiu que todos eram sensíveis à questão dos Bombeiros de Portalegre e, como tal, na última reunião de executivo, por proposta conjunta da CDU e do PS, foi elaborado um requerimento para que, na próxima reunião de Câmara (dez de julho), fosse introduzido um ponto na ordem de trabalhos para que haja uma simples alteração orçamental de modo a prover a verba dos Bombeiros. Era simples e não era preciso chantagear a oposição. -----

A presidente da Câmara disse que estavam a trabalhar em dois mil e dezanove com o orçamento de dois mil e dezoito e, na realidade, não tinha todo o montante que estava para dois mil e dezoito. Existia um montante de cerca de trezentos e sessenta e nove, mil quatrocentos e cinquenta e nove, de saldo de gerência, que ainda não tinham sido incorporados em dois mil e dezanove. O dinheiro em questão podia ser alocado a várias coisas, sem ser para desbaratar. À medida que as candidaturas iam sendo aprovadas, o dinheiro era alocado. Só se saberia o valor da contrapartida nacional, quando fossem aprovadas. -----

### **5 – Contratação de empréstimo até ao montante de 212.067,00 euros;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

A presidente da Câmara disse que aquele pedido de empréstimo era para as pavimentações nas principais entradas da cidade: Nuno Álvares Pereira, João Paulo II, Av.<sup>a</sup> do Brasil e a Alexandre Herculano.-----

Hugo Capote perguntou se o empréstimo em causa não fosse aprovado, a Câmara não tinha recursos para aquelas intervenções, face à comparticipação nacional. -----

A presidente da Câmara disse que aquele dinheiro poderia ser utilizado com o saldo de gerência. -----

Hugo Capote voltou a perguntar se, sem terem o saldo de gerência do ano anterior, existiam fundos próprios e liquidez. -----

A presidente da Câmara respondeu que não tinha. -----

João Meira disse que não tinha percebido porque é que, na revisão orçamental, não estavam definidos todos aqueles objetivos estratégicos, mencionados ali, pela presidente da autarquia. Quanto aos empréstimos e se as candidaturas estavam efetivamente aprovadas, referiu que os mesmos não se iriam executar, na totalidade em dois mil e dezanove e, como tal, o cash-flow de que a Câmara Municipal dispunha no presente ano, sem o saldo de gerência, daria para suportar a comparticipação nacional, sem necessitar de fazer já o empréstimo. -----

A presidente da Câmara esclareceu que tinha de ser orçamentado na totalidade, mesmo sendo plurianual.-----

João Meira perguntou à presidente da Câmara se confirmava que a Câmara Municipal de Portalegre, atualmente, não dispunha de um cash flow de um milhão e trezentos e tal mil euros.-----

A presidente da Câmara disse que para lançar o procedimento de uma obra tinha de ter o orçamento na totalidade, mesmo que fosse dividido por anos civis. A verba não estava disponível para o ano em curso, para poder lançar o procedimento. -----

Joaquim Barbas perguntou se a incubadora de empresas estava no orçamento e se o empréstimo previa a construção da mesma. -----

A presidente da Câmara disse que o projeto da incubadora não podia ser executado sem que houvesse rubrica e sem haver revisão, tal como acontecia com as outras. E o empréstimo só podia ser pedido até aquele montante fixado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote lembrou que se tinham uma revisão orçamental, obviamente não era só aquela rubrica que não estava aberta, havia mais. Saliu que, daqueles dois orçamentos havia várias que não tinham sido abertas.

A questão era que, na eventualidade da revisão não ser aprovada, aqueles orçamentos não fazia sentido serem votados.

Contudo, não se percebia era o porquê de terem incluído a dívida aos Bombeiros Voluntários de Portalegre, no meio daquela revisão, visto que aquela rubrica, em particular, já estava criada há muitos anos. -----

A presidente da Câmara disse que estava correto o que foi atrás referido, dado que para terem os empréstimos, a autarquia teria de ter as rubricas abertas, em revisão e ir ali sempre. No entanto, podiam sempre abri-las somente com um euro. -----

Hugo Capote chamou a atenção para o facto de que a única forma de inscrever aquelas rubricas não era só com uma revisão orçamental, mas sim com um orçamento. Tinham, pois, a prova de que a presidente da Câmara Municipal não estava minimamente interessada em elaborar um orçamento.

Saliu que o papel dum Assembleia era fiscalizar aquele tipo de ações e, portanto, se eram necessárias as rubricas abertas teria de haver apresentação dum orçamento e assim a autarquia teria um documento previsional para todo o ano. -----

Miguel Monteiro disse que a presidente da Câmara tinha ali dois caminhos possíveis: um muito mais virtuoso que era ter feito a sua obrigação e ter apresentado um orçamento, até porque já todos tinham percebido que a mesma não tinha intenção de o fazer; o outro caminho, com a vontade política de alguns membros daquela Assembleia, seria possível de ser trilhado, mas sem nunca fazer dali uma filosofia de governação municipal, governando com revisões orçamentais sucessivas.

Portanto, até ali percebeu-se que a presidente pretendia fazer uma grande revisão orçamental e, a seguir, alterações orçamentais, no seio do executivo camarário, onde tinha alguma maioria para as fazer aprovar.

No entanto, para seguir por aquele caminho, a presidente da autarquia tinha de ter sido mais rigorosa e não podia deixar de explicar, rigorosamente, as suas intenções.

Em conclusão, tinha de haver um orçamento credível, acima de tudo. -----

Ricardo Romão disse que estavam ali a baralhar coisas que estavam explícitas nos documentos. As rubricas, com exceção da referente à incubadora, estavam nos documentos e na revisão das grandes opções do plano, que já tinha sido discutida. ----

O presidente da mesa esclareceu que não podia inibir nenhum membro daquela Assembleia de “repeçar” um ponto anterior para justificar a discussão que estivesse a ter, quando a mesma era em cadeia.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por outro lado, solicitou esclarecimento ao executivo municipal sobre se a proposta de um milhão, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove euros também previa o montante necessário para a candidatura da incubadora de empresas. -----

A presidente da Câmara disse que sim. No entanto, a Câmara podia pedir só o empréstimo até ao montante das que estavam a ser propostas, em termos de alteração de rubrica, pois eram as que pretendiam atualmente. -----

O presidente da mesa perguntou ainda se o pedido ali apresentado, era para a Assembleia autorizar a Câmara Municipal a contrair um empréstimo que podia ascender até era de um milhão, cento e oitenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove euros. -----

A presidente da Câmara respondeu que sim e que seria somente para aquele fim, pois nunca poderia utilizar para qualquer outro projeto. -----

### **6 – Contratação de empréstimo até ao montante de 1.185.289,00 euros;**

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

### **7 – Prestação de serviços de revisor oficial de contas;**

- Deliberações da CMP de 2.05.2019 e 29.05.2019 –

O presidente da mesa disse que iriam efetuar a votação, com recurso a boletim de voto inserido em urna, das propostas já distribuídas. -----

Hugo Capote, após análise das propostas, disse que tinha detetado um discrepância entre as cinco, a qual ressaltava à vista porque uma das propostas era, claramente, mais cara o que a outra. Perguntou se havia justificação para tal facto.

Seria importante para a votação saber se uma das candidatas (empresa Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado) também se propunha, pelo valor de vinte e sete mil, quatrocentos e quatro euros, realizar uma auditoria financeira à Fundação Robinson. -----

A presidente da mesa disse que não tinham colocado a questão da auditoria às entidades contactadas. No entanto, aquela empresa resolveu responder daquela maneira, com aquele critério. A pergunta foi feita de igual modo, para todos. -----

Hugo Capote perguntou à autarca se adjudicassem aquela proposta em causa, seria incluída na certificação oficial de contas a auditoria financeira à Fundação Robinson.---





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse não saber que tipo de auditoria estava prevista, porque não foi feita a pergunta às empresas ali indicadas.-----

Joaquim Barbas perguntou se o concurso tinha sido feito para os anos de dois mil dezoito e dois mil e dezanove. Salientou que, nos termos do cento e três, do código do CCP, não podiam ser convidadas a aceitar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de consulta prévia ou ajuste direto, adotados nos termos do disposto das alíneas c) e d), do artigo dezanove e alíneas c) e d) do artigo vinte, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo preço atual seja igual ou superior aos limites referidos.

Posto aquilo, perguntou se a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal também teria de fazer um concurso para o revisor oficial de contas.-----

O presidente da mesa disse que a lei das autarquias locais determinava a forma de contratação dos revisores oficiais de contas, por parte dos municípios. O ROC, nos municípios, prolongava as competências e os poderes de fiscalização que eram da competência da Assembleia Municipal, que tinha a competência de deliberar sobre a sua contratação e eram sempre por ajuste direto, não havia outra forma de adjudicar a prestação do serviço. O ajuste direto tinha uma nuance que era um equilíbrio de salvaguarda de controlo político e tinha de ser proposto pela Câmara e remetido para a Assembleia o conjunto das propostas que consideravam mais satisfatórias.

Portanto, a Câmara outorgava a Assembleia Municipal com a faculdade de deliberar entre as empresas que se sujeitavam. Tal faculdade era totalmente arbitrária, do ponto de vista do exercício da competência deliberativa da Assembleia.-----

Joaquim Barbas perguntou se o concurso em causa não deveria ter sido por quatro anos.-----

O presidente da mesa disse que poderia ter sido por quatro anos, os anos de duração dos mandatos e conforme o código da contratação pública. Contudo, no seu entender, a lei das autarquias locais afastava a aplicabilidade do código da contratação pública.--

A presidente da Câmara, relativamente ao tempo de duração, disse que todas as empresas informaram que o valor a partir de dois mil e dezanove seria sempre igual e podiam repeti-lo.-----

Miguel Monteiro chamou a atenção para o facto de, na proposta apresentada pela sociedade APPM, na página cinco, dizia expressamente o seguinte: “A emissão da certificação legal das contas consolidadas do município de Portalegre quer a auditoria da Fundação Robinson e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes. A APPM tem vasta experiência em auditorias a este tipo de entidades.”; na página nove



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

daquele mesmo relatório, voltavam a fazer referência ao relacionamento entre o município, a Fundação Robinson e os SMAT, em matéria de prestação de contas e de informação financeira e, na página dez, referiam a análise de fundamentação da atribuição de fundos, subsídios, transferências e outros pela autarquia à Fundação Robinson e aos SMAT. Portanto, não poderia ser considerado coincidência quando, em três páginas da proposta que apresentaram, faziam referência a auditorias a duas entidades da esfera patrimonial e financeira da Câmara Municipal. Salientou que já tinham ali requerido, há bastante tempo, uma auditoria à Fundação Robinson e outra aos SMAT e que nada foi feito nada pela autarquia.-----

A presidente da Câmara disse que o entendimento era de que todos teriam de fazer a referida auditoria, no âmbito da consolidação com as entidades que faziam parte do perímetro de consolidação da Câmara. Contudo, não conseguia ali dizer, explicitamente, que tipo de auditoria seria. Obviamente que as sociedades de revisores teriam sempre de verificar, no âmbito do perímetro da consolidação, todas as entidades, como faziam sempre.-----

Miguel Monteiro disse que se assim era, solicitava, de imediato, que a presidente da Câmara lhes disponibilizasse as auditorias feitas à Fundação Robinson.-----

A presidente da Câmara disse que era somente no âmbito da consolidação de contas. Era o que estava escrito no documento, que passou a ler: “A emissão da certificação legal das contas consolidadas do município de Portalegre requer a auditoria à Fundação Robinson e aos SMAT.-----

Hugo Capote perguntou à presidente porque é que uma das sociedades custava o triplo das outras quatro, quando a única coisa que o próprio conseguiu encontrar, que as diferenciava das outras quatro, era ser a única que se propunha a fazer as auditorias à Robinson e aos SMAT.-----

A presidente da Câmara disse não saber explicar porque as perguntas que foram feitas tinham sido iguais para todos.-----

Ricardo Romão disse que a pergunta do membro Hugo Capote colocou era óbvia. No entanto, estavam a confundir a questão da auditoria que a Assembleia pediu à Câmara, acerca da Fundação Robinson, a qual não tinha nada a ver com o que ali estava, uma vez que se referia aos anos em que os contratos iriam ser realizados, no perímetro das contas da Câmara. Embora não houvesse um caderno de encargos totalmente definido, na pergunta que os serviços fizeram a todas as empresas candidatas estava um caderno simplista que era as obrigações do ROC para com aquele serviço.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A bancada da CLIP já tinha dito ser urgente que a Câmara dispusesse de um ROC, sem adiar mais tempo e sem arranjar novas discussões.-----

O presidente da mesa salientou que a Câmara Municipal de Portalegre, no seu processo de auscultação, podia ter procedimentos, mais ou menos, apertados durante tal procedimento, bem como remeter àquela Assembleia somente as propostas que entendesse. Portanto, se um dos ROC se propusesse a fazer a contabilidade interna, para além dos serviços habituais, por mais cinquenta mil euros, então a Câmara só remetia para a Assembleia se fosse uma hipótese a considerar.

Mais disse que a partir do momento em que as propostas da Câmara eram remetidas ao órgão Assembleia Municipal eram admitidas, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista técnico, com o compromisso de serem depois deliberadas. -----  
Informou que, de seguida, iriam ser distribuídos os boletins de voto, os quais tinham elencado as propostas de cada uma das seguintes sociedades:

- **A** (Ana Calado Pinto, Pedro Campos Machado, Ilídio César Ferreira & associados);
- **B** (João Monarca Pires & associados);
- **C** (Rosário Graça & associados);
- **D** (Pereira Almeida Linhares Monteiro & associados);
- **E** (Marques Cruz & associados). -----

Após escrutínio secreto, verificou-se a seguinte votação: proposta **A**=dez votos; proposta **E**=dezasseis votos; proposta **C**=um voto e um voto em branco. Portanto, o município de Portalegre adjudicaria os serviços de revisores oficiais de contas à sociedade Marques Cruz & Associados. -----

### **8 – 1.ª Revisão ao orçamento/2019 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

A presidente da Câmara disse que aquela revisão ao orçamento tinha a ver exatamente com a incorporação de um saldo de gerência de dois mil e dezoito, no valor de um milhão, cento e cinquenta e um mil, cento e quarenta e cinco, duzentos e onze e mais noventa e nove mil, duzentos e setenta e três, de uma transferência de capital referente a um projeto, que entretanto foi elegível, e o dinheiro iria perfazer um total de um milhão, duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e dezanove. -----

Hugo Capote perguntou lembrou o facto de já ali terem sido confrontados com a questão das águas, no Monte dos Apóstolos, freguesia da Urra e já ali tinha visto vários presidentes daquela junta a denunciarem o problema, sendo-lhes explicado que se tratavam de obras de difícil resolução e que envolviam de um investimento substancial. Perante tal, gostaria que alguém lhe explicasse como é que uma entidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

como os SMAT fazia uma transição de saldo de um milhão, cento e vinte e cinco mil euros, de um ano para o outro, conseguindo ficar de consciência tranquila com o grave problema do Monte dos Apóstolos, que se arrastava há tempo demais.

Mais disse que, embora defensor dos SMAT e das suas capacidades de resolver lacunas, o certo era que os mesmos estavam a chegar a um ponto em que não podiam esconder atrás de uma capa de virgindade orçamental, administrativa e financeira, deixando para a Câmara todos os problemas existentes.

Todos já tinham reparado inclusive na renovação do parque automóvel dos SMAT, enquanto os da autarquia andavam a cair aos bocados.

Provavelmente, a posição da Assembleia, relativamente aos Serviços Municipalizados iria alterar-se. Por último perguntou se não seria também imprescindível separar as águas pluviais da outra. -----

O vereador Nuno Lacão disse que a decomposição do valor apresentado, a primeira prendia-se com a cobrança superior ao valor apresentado, aproximadamente quinhentos e noventa e três mil euros, a que correspondia uma normativa de um cálculo da média dos vinte e quatro meses, conforme era obrigatório, e abrangendo água, saneamento e resíduos, entre outro tipo de cobranças; a segunda eram as despesas correntes inferiores ao orçamentado, na ordem dos duzentos e sessenta e quatro mil euros, referentes ao pessoal, matérias primas, água e outro tipo de conservação de bens (transportes); a terceira prendia-se com as despesas de capital inferiores, em termos de investimento, num valor aproximado de duzentos e noventa e quatro mil euros, porque a obra prevista para a zona industrial não tinha arrancado no ano passado.

Por último, referiu que a situação do Bairro dos Apóstolos, a nível do abastecimento continuava estável e que, a nível do saneamento, estavam a proceder ao desenvolvimento do projeto, para resolver a questão e para que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo procedessem ao bombeamento para a estação de tratamento, -----

João Meira disse que seria importante fazer ali uma distinção entre o que tinha sido a gestão técnica e a gestão política. A parte técnica podia ser destacada pelo trabalho que os técnicos dos SMAT tinham feito, patente no saldo de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove; por outro lado, a gestão política que se fazia com o montante transitado é que tinha de ser melhor discutida, na medida em que, cada vez mais, assistiam à discriminação de freguesias, por questões políticas. Por várias vezes, se referiu ali aos planos plurianuais de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito, onde estavam previstas obras que já deviam ter sido feitas e o grupo municipal do PS demonstrou uma postura crítica, para que a condução política dos SMAT fosse ao encontro das expectativas de todos os portalegrenses e não apenas de alguns. No entanto, chegaram a uma fase em que se viam confrontados com uma incapacidade de continuar a compartilhar uma estratégia política que não cumpria todos os cidadãos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente ao saldo de gerência que era transitado, disse que sendo um valor avultado, deveriam discutir ali as prioridades daquele executivo, pois o PS já há um ano que tinha solicitado esclarecimentos sobre o atraso no pagamento às várias associações e a presidente da Câmara tinha-se comprometido a apresentar naquela Assembleia um relatório discriminado de cada uma e não o fez.

Perante tudo o que tinha a ver com uma suposta tentativa de não divulgação dos verdadeiros interesses dos SMAT, junto da Assembleia Municipal, referiu que seria difícil o PS continuar a compactuar com a trajetória seguida até ali.

Por último salientou que a Câmara Municipal de Portalegre tinha sido abrangida pelo plano de redução tarifária, aprovado pela Assembleia da República, e, de facto, o que se assistiu foi a uma transferência direta, por parte do Estado, para o município promover a mesma, mas a contrapartida foi a redução dos passes em cinquenta por cento, em todas as categorias. Contudo o passe geral aumentou. Questionou o executivo camarário sobre qual a razão para tal. -----

O vereador nuno Lacão disse que, como era do conhecimento público, tinha havido uma redução de trinta por cento na generalidade dos passes. Quanto às opções, acrescentou que partia duma base de trabalho técnico dos SMAT e do aconselhamento feito junto do conselho de administração, para as necessidades prioritárias. Quanto à questão política, disse haver uma situação que os preocupava, já desde o anterior mandato, e que era na freguesia da Alagoa. Ao nível do saneamento, deu o exemplo do Monte dos Apóstolos, no qual pretendiam dar primazia, no próximo orçamento e eliminar os problemas existentes. -----

Hugo Capote disse que, muito provavelmente, os SMAT estavam a cobrar a mais a água e se calhar seria possível baixar as tarifas, uma vez que havia folga para tal.

Era difícil perceber-se que constrangimentos é que os SMAT tinham com aquele exercício de caixa. Resumidamente, os SMAT cobravam água a mais, não faziam as obras que tinham de fazer e havia menos trezentos mil euros de investimento e portanto, havia ali matéria para uma censura política. Salientou que os SMAT, mesmo depois de pagar os transportes públicos, os quais eram deficitários, ainda sobrava um milhão e duzentos e cinquenta mil euros e perante tal, havia pouca capacidade para perceber porque é que a Alagoa e o Bairro dos Apóstolos ainda não tinham as obras que deveriam ter já há muito. -----

Jaime Fitas disse que a situação do Bairro dos Apóstolos não estava estável. Lembrou ao vereador Lacão que, após terem visitado os locais mais críticos, em termos de ruturas das águas, ainda havia outros espalhados pela freguesia, como por exemplo o sítio do Pisão e a Rua de Portalegre, com buracos de dois em dois metros. Quanto ao Bairro dos Apóstolos, perguntou ao vereador se quando uma rutura era reparada pelos SMAT e depois o restante serviço era terminado pelo pessoal da junta, o registo, provavelmente, não aparecia na Câmara Municipal. Salientou que há algumas horas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinha existido nova rutura no Bairro em questão e que a situação não estava, de todo, resolvida.

De uma vez por todas, precisavam de saber uma data para o início daquelas obras, bem como da estação elevatória. As previsões não lhes serviam. -----

João Meira disse que o vereador Nuno Lacão tinha dado ali a mesma resposta, quer em dois mil e dezassete, quer em dois mil e dezoito, e já quando discutiram a proposta do plano plurianual de atividades para dois mil e dezanove lhes disse que os SMAT estavam a prever, a tentar implementar, etc. Portanto, já havia um esgotamento, da parte dos deputados municipais que ali insistiam na questão, assim como dos populares que viam rebentar constantemente as condutas, ficando sem água para as necessidades básicas. O problema era grave.

Perante tais factos, voltou a insistir na priorização política que ali estava inerente, porque tanto o Bairro dos Apóstolos, como a separação das águas pluviais e residuais da união de freguesias da Sé e São Lourenço e as condutas dos Fortios também continuavam sem resposta. Qual era o critério para a priorização de uns em detrimento dos outros. -----

O vereador Nuno Lacão disse que não se tratava de uma questão política, nem de empurrar o problema para a frente. As ruturas existiam em todo o concelho. A questão era quanto às que tinham mais gravidade e que afetavam mais o sistema de abastecimento de água, em baixa, assim como a influência que tinham. Ao dizer que o sistema estava estabilizado, depois era preciso contar com as repercussões no mesmo. Acrescentou que estavam atualmente com um grande investimento na zona industrial e a criar uma rede separativa e uma nova rede de abastecimento de água, extremamente sensível e com muitos problemas que afetavam tanto os pequenos e médios comerciantes, como as maiores empresas produtivas, naquela zona. O investimento teve de passar para o ano em curso, devido a questões orçamentais.

Portanto, os serviços técnicos não “navegavam” à velocidade que gostariam, mas tentavam melhorar todos os dias. -----

### **9 – 1ª. Revisão ao plano plurianual de investimento/2019, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

Não houve intervenções. -----

### **10 - Projeto de regulamento da Comissão Municipal de Trânsito;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **11 - Compromisso plurianual/prédio rústico denominado “Penha de Águia” e aprovar a revogação da deliberação de 29 de abril de 2016 da Assembleia Municipal;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

Hugo Capote solicitou à presidente da Câmara que lhes esclarecesse aquele enredo, dum história que começou em dois mil e seis, já teve deliberações, revogações de deliberações e que, pelo meio, teve uma declaração de voto de um anterior executivo camarário de vereadores que se retiraram das consequências legais ou judiciais que decorressem do processo. Gostaria de saber o que é que ali estaria em causa. -----

A presidente da Câmara explicou que aquela era uma situação que, de facto, como já tinha referido anteriormente, e em que foi vendida uma fração dum prédio rústico e em que houve um acordo verbal, relativamente a outra parte de outro terreno, onde estava atualmente a carreira de tiro, mas que nunca ficou vertido num documento. Entretanto, o proprietário do terreno, reclamou a regularização da componente de nove mil, cento e setenta e quatro metros quadrados. -----

Hugo Capote perguntou se havia uma deliberação de revogação daquela deliberação de pagamento, em dois mil e oito. Porque é que a Câmara, a deliberada altura, não reconheceu o negócio em causa, uma vez que revogou a deliberação de pagamento.--

A presidente da Câmara disse não ter o processo na sua posse. No entanto, houve uma parte do mesmo que tinha sido deliberada e, efetivamente, já tinha havido um pagamento. Acrescentou que, conforme disse o proprietário, só venderia a outra parte, se lhe comprassem também a parte onde estava a carreira de tiro. No entanto, o negócio não ficou vertido em documentos, na sua totalidade. A verdade era que a carreira de tiro estava lá e funcionava, mas o proprietário viu devassada a sua privacidade. Portanto, apesar de haver uma deliberação e de já ter sido paga uma parte, o senhor não abriu mão de que aquela parte, onde estava a carreira de tiro, fosse também adquirida pelo município, de acordo com o estipulado anteriormente. ----

O presidente da mesa solicitou mais esclarecimentos ao executivo acerca do assunto--

O vereador João Cardoso disse tratar-se da zona onde estava o campo de tiro, mas que para o mesmo funcionar, tinha de ter um perímetro de segurança, que tinha de ser vendido, juntamente com os acessos da estrada. Tratava-se de uma desanexação amigável. -----

O presidente da mesa perguntou ao executivo o que é que estavam ali a revogar.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote lembrou que havia uma decisão, de dois mil e dezasseis, do anterior executivo, que tinha a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual e aprovar a revogação da deliberação, de vinte e nove de abril de dois mil e dezasseis. Supostamente, houve uma intenção de compra que foi revogada em dois mil e dezasseis e os vereadores do PS, há três anos, disseram que: “Todavia, queremos ressaltar as nossas responsabilidades inerentes ao voto favorável que agora estamos a dar, naquilo que, contra a lei, este processo muito complicado e muito moroso, contiver.”. Obviamente, que não era possível ler aquilo e ir ali aprovar um processo, naqueles termos. -----

O presidente da mesa propôs um intervalo, para que a presidente da autarquia obtivesse a informação necessária, no processo em debate. -----

O presidente da mesa retomou os trabalhos e solicitou à presidente da Câmara que prestasse os esclarecimentos necessários ao melhor entendimento do processo. -----

A presidente da Câmara disse que iria passar a palavra ao vereador João Cardoso. ----

O vereador João Nuno disse que, em dois mil e oito, houve uma deliberação que permitiu pagar um sinal ao vendedor de mil trezentos e setenta e cinco euros. Quando levaram a compra à reunião de Câmara foi também a revogação daquela primeira deliberação. Posteriormente constataram que aquela primeira deliberação não poderia ser revogada porque tinha dado lugar ao referido pagamento. Portanto, na segunda reunião do executivo sanaram a questão revogando a revogação e fizeram também uma retificação dos valores, porque havia direito ao recebimento do acesso até ao campo de tiro. -----

### **12 – Transferência de competências no âmbito da Lei 50/2018, de 16 de agosto – diploma setorial DL. n.º 21/2019, de 30 de janeiro - no domínio da educação;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

O presidente da mesa referiu que aquele ponto ia para deliberação, uma vez que o órgão executivo tinha rejeitado e, portanto, só com dupla rejeição é que a rejeição se tornava efetiva. -----

A presidente da Câmara disse que tinham feito várias reuniões sobre o assunto e que tinham sido pedidos esclarecimentos aos próprios agrupamentos (José Régio e Bonfim), em relação aos custos que os mesmos tinham com as escolas, ao nível dos recursos humanos, do economato, da manutenção, etc. Entretanto, também foi pedida uma reunião com a senhora secretária de Estado, porque as tabelas que receberam com os custos a serem transferidos para a autarquia não eram totalmente explícitas,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

relativamente a alguns dados. Portanto, na reunião, em que se fez acompanhar do chefe de divisão da educação, e perceberam que havia da parte do Estado algumas indefinições e, entretanto, estavam a tentar encontrar soluções, no sentido de haver um grupo de acompanhamento para as transferências das competências. Uma das razões era o facto de não se conseguir definir o número de pessoas que se aposentavam, ou que iriam progredir na carreira.

Acrescentou que tinham, até dois mil e vinte e um para aferir aquelas situações e que terá de ser feito um acompanhamento mais próximo, bem como um trabalho mais minucioso por parte das próprias escolas.

Entenderam ainda que seria prudente a autarquia não aceitar, por enquanto, as competências, perante aquele conjunto de indecisões. -----

Hugo Capote disse ter ficado ali claro que a CLIP, noutras transferências de competências, tinha dúvidas. Perguntou à presidente da Câmara porque é que não aceitava já aquelas competências, sabendo que em dois mil e vinte um as mesmas passariam para a autarquia, pois daquele modo poderia usar o período probatório, para perceber onde estariam os défices e assim tentarem corrigir o que fosse preciso. -

A presidente da Câmara disse que se estava a falar de uma competência com um nível e uma abrangência completamente diferente das outras. Além de que, nas outras, já tinham algumas coisas que já faziam e que, atualmente, era uma questão de formalizar. Por último, referiu que embora a Câmara tivesse já responsabilidades ao nível do primeiro ciclo, ainda não as tinham nem com o segundo ou com o secundário e, portanto, seria necessária alguma cautela e parcimónia naquela questão. -----

Hugo Capote perguntou à presidente o que é que iria fazer com cautela, visto que, dali a dois anos, a competência passará para a autarquia. Será que iria reclamar junto da tutela um maior envelope financeiro ou reclamaria pela diminuição das competências. -

A presidente respondeu que faria o papel que lhe competia e que era o de apurar os valores reais e fazer valer o que, de facto, serão as transferências, para a Câmara as poder exercer com eficácia e eficiência. -----

Luís Carvalho disse que a bancada da CLIP não tinha mudado de opinião e conforme foi dito pela senhora presidente, a educação era, de longe, a competência mais impactante, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de edificado e de recursos financeiros associados e, portanto, não se podia meter no mesmo saco doutro tipo de competências. Lembrou que uma das soluções que a CLIP tinha identificado prendia-se com a necessidade de criar um modelo de monitorização, a aplicar durante o período transitório de ajustamento, até dois mil e vinte, para ser feita uma avaliação preliminar dos impactos reais que aquelas competências teriam no município e para fazer chegar ao Governo, para que pudessem reajustar o que fosse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

possível, até ao final de dois mil e vinte e um. Acrescentou que o Governo reconheceu a questão, pois tinha havido uma resolução do conselho de ministros, datada de vinte e três de maio último, em que criou uma comissão de acompanhamento da descentralização, a qual tinha dois objetivos: acompanhar o processo e avaliar a adequabilidade dos recursos que estavam a ser transferidos, fazendo um ponto da situação permanente.

Relativamente às outras áreas disse que o importante era garantir um serviço de maior qualidade à população.

Mais referiu que a situação da Escola Cristóvão era preocupante e era urgente a requalificação profunda da mesma, assim como da Escola José Régio. No entanto, os investimentos eram elevados e a autarquia não poderia, por si só, efetuar-los sem mecanismos de financiamento, quer estatais ou de fundos comunitários, que garantissem as condições de aprendizagem necessárias aos alunos. -----

Por último, disse que havia um conjunto de incógnitas que não os capacitava para poder votar favoravelmente aquela matéria. -----

Hugo Capote quis salientar que onde a CLIP tinha mudado, claramente, foi que com as outras competências não tiveram aquele cuidado e nem perguntaram nada. Perguntou se a CLIP achava que tendo o edificado das escolas em boas condições, teriam uma situação financeira suficiente para as manter. Apontou o facto de, atualmente, a Câmara não ter capacidade para manter as escolas primárias, quanto mais com outras duas escolas.

Perguntou ao membro Luís Carvalho em que patamar de preocupação é que colocava a área da saúde, comparando com a da educação, uma vez que o município iria ter uma pesada competência com a unidade local de saúde. -----

### **Voto de pesar – Henrique de Jesus Salsinha**

“Henrique de Jesus Salsinha despediu-se de Portalegre e dos Portalegrenses, aos 77 anos de vida.

Nascido em Elvas, poucos dedicaram uma parte tão importante da sua vida às causas da Cidade de Portalegre, à sua cultura, ao desporto, ao associativismo.

É fundador da Tégua e do Pró-Portalegre, associações às quais para sempre estará ligado, quer pela construção do Centro de Acolhimento para Sem-Abrigo, quer pela preservação da memória do Avental de Portalegre.

No Grupo Folclórico e Cultural da Boavista assumiu vários cargos nos órgãos sociais, assim como no Grupo Desportivo Portalegrense, na Cruz Vermelha ou na Santa Casa da Misericórdia de Portalegre.

Homem de causas e de intervenção cívica, nunca ignorou que uma das formas de promover o bem coletivo era a participação política. Militante do Partido Socialista



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

desde 1982, foi autarca e dirigente daquele que seria o seu partido até aos últimos dias.

Henrique de Jesus Salsinha nunca faltou a Portalegre, assumindo, sem que ninguém lhe pedisse e sem pedir nada em troca, as responsabilidades que fazem a alma de uma terra.

Henrique de Jesus Salsinha nunca faltou a Portalegre, mas a ele faltou Portalegre e a Grande Homenagem que um Homem Bom desta cidade merecia por ter feito mais do que se lhe exigia.

A Assembleia Municipal de Portalegre reunida a 28 de junho de 2019, nos Paços do Concelho de Portalegre, presta a sua homenagem a Henrique de Jesus Salsinha e apresenta os sentimentos à sua família, aos seus amigos, às instituições Tégua, Grupo Pró Portalegre, Clube Desportivo Portalegrense, Grupo Folclórico e Cultural da Boavista, Delegação de Portalegre da Cruz Vermelha, Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, Partido Socialista e a todos os portalegrenses que dele gostavam.”

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. -----

O presidente da mesa propôs um minuto de silêncio. -----

### **DELIBERAÇÕES:**

#### **- Proposta para criação da Comissão de Educação, apresentada pela Clip.**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP e de Joaquim Barbas e Marco Antunes (PSD), com as abstenções de Cristiana Camejo e Henrique Santinho (PSD) e com os votos contra do PS e PCP/PEV, rejeitar a proposta. -----

#### **2 – Atas n.ºs. 15 e 16 relativas à Sessão Solene do 25 de abril e à reunião ordinária realizada em 29 de abril de 2019, respetivamente;**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções de Cristiana Camejo e Henrique Santinho (PSD) e de Luís Belinho e Luís Ricardo (CLIP) e os votos favoráveis dos restantes, aprovar a ata número quinze. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções de Joaquim Barbas, Cristiana Camejo, Henrique



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Santinho (PSD) e de Luís Belinho (CLIP), Amândio Valente (PCP) e Ana Vilhais e os votos favoráveis dos restantes, aprovar a ata número dezasseis. -----

### **3 – 1.ª Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre/2019;**

- Deliberação da CMP de 15.05.2019 -

Joaquim Barbas perguntou à mesa se, na possibilidade da revisão ser chumbada, os empréstimos ficariam prejudicados, uma vez que no orçamento da Câmara Municipal não constavam as obras a que os empréstimos se referiam. -----

O presidente da mesa disse que teriam de votar primeiro. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, do PCP/PEV, do Henrique Santinho e Cristiana Camejo (PSD) e os votos favoráveis dos restantes grupos, rejeitar o ponto. ---

### **4 – 1.ª Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre /2019;**

- Deliberação da CMP de 15.05.2019 -

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, do PCP/PEV, do Henrique Santinho e Cristiana Camejo (PSD) e os votos favoráveis dos restantes grupos, rejeitar o ponto. ---

### **5 – Contratação de empréstimo até ao montante de 212.067,00 euros;**

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

O presidente da mesa chamou a atenção para a questão do prejuízo que se colocava, relativamente aos empréstimos, uma vez que tinham deixado de ter previsão orçamental. Lembrou que na última sessão daquela Assembleia, tinham votado, mesmo sem previsão orçamental. -----

A presidente da Câmara salientou o facto de se tratar de empreitadas para pavimentação de várias ruas e de existir rubrica aberta. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV, a abstenção da Cristiana Camejo (PSD) e os votos favoráveis dos restantes grupos, rejeitar o ponto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **6 – Contratação de empréstimo até ao montante de 1.185.289,00 euros;**

- Deliberação da CMP de 17.04.2019 -

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV, as abstenções da Cristiana Camejo e Henrique Santinho (PSD) e os votos favoráveis dos restantes grupos, rejeitar o ponto. -----

### **7 – Prestação de serviços de revisor oficial de contas;**

- Deliberações da CMP de 2.05.2019 e 29.05.2019 –

Deliberação feita anteriormente, por escrutínio secreto. -----

### **8 – 1.ª Revisão ao orçamento/2019 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, do PCP/PEV, a abstenção da Cristiana Camejo e os votos favoráveis dos restantes grupos, aprovar o ponto. -----

### **9 – 1.ª Revisão ao plano plurianual de investimento/2019, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e do PCP/PEV, a abstenção da Cristiana Camejo e os votos favoráveis dos restantes grupos, aprovar o ponto. -----

### **10 - Projeto de regulamento da Comissão Municipal de Trânsito;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **11 - Compromisso plurianual/prédio rústico denominado “Penha de Águia” e aprovar a revogação da deliberação de 29 de abril de 2016 da Assembleia Municipal;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PCP/PEV e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **12 – Transferência de competências no âmbito da Lei 50/2018, de 16 de agosto – diploma setorial D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro - no domínio da educação;**

- Deliberação da CMP de 12.06.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, da CLIP e do PSD e os votos contra do PCP/PEV, aprovar o ponto.-----

#### **Declaração de voto - PCP/PEV – (Hugo Capote)**

“A bancada do PCP/PEV abstêm-se no orçamento e plano plurianual de investimento dos SMAT, de forma a mostrar uma clara censura política a um exercício orçamental que demonstra que se cobra demais pela água em Portalegre e se faz de menos investimentos na rede sanitária e que esta situação, da nossa parte, será a última vez que será dado o benefício da dúvida. Ou a situação se inverte ou nós não contribuiremos para aprovar orçamentos e planos plurianuais de investimentos que cumpram estes pressupostos que este agora cumpriu.” -----

O presidente da mesa solicitou a compreensão daquela Assembleia Municipal para uma melhor e urgente apreciação, quer das sucessivas revisões ao orçamento que ali tinham sido levadas, quer da necessidade da sua satisfação financeira.

Mais referiu que, como já tinha sido suscitada, mais que uma vez, a necessidade da realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para apreciar a globalidade da problemática da Fundação Robinson, seria proveitoso encontrarem-se caminhos para as revisões orçamentais e respetivas satisfações financeiras. -----

Hugo Capote perguntou à mesa, relativamente ao ponto doze, qual tinha sido, efetivamente, aprovado. Tinha sido a transferência de competências, nas quais a CLIP tinha votado favoravelmente.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa salientou que as votações estavam encerradas. Os membros conheciam a ordem de trabalhos e o próprio não iria ali fazer qualquer interpretação à deliberação do executivo municipal. O ponto em causa tinha sido aprovado. Iriam passar à votação da minuta da ata. -----

### **Aprovação em minuta:**

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Ricardo Romão disse ao presidente da mesa que a questão da deliberação do ponto doze merecia um esclarecimento ou uma prenuncia de quem tinha votado, aparentemente, naquilo que não queria votar.-----

O presidente da mesa disse que não seria o próprio a explicar o que é que dizia a deliberação da Câmara Municipal, mas sim ao proponente, durante a discussão do ponto. O ponto estava aprovado.-----

Ricardo Romão salientou que era fácil perceber, conforme tinham sido as intervenções das bancadas, que iam no sentido de aprovação ou rejeição.-----

O presidente da mesa disse que, nas deliberações do assunto em causa, até tinha demorado mais algum tempo para, de facto, perceber quem tinha votado contra e a favor, visto que poderia ter ali havido uma deficiência de interpretação.-----

Ricardo Romão solicitou à mesa para, calmamente, votar-se novamente o ponto. -----

O presidente da mesa disse que não se podia repetir uma votação que estava encerrada. Lembrou que a ata em minuta já estava aprovada.-----

Maria do Rosário disse que se a CLIP tinha votado erradamente e se ainda estavam todos os membros presentes, não valia a pena adiar mais o assunto para outra reunião. Na sua opinião, as votações no final da ordem do dia não beneficiam em nada os trabalhos. Deveria colocar-se à consideração da Assembleia a repetição da votação. -----

O presidente da mesa disse que já existia uma votação e a Assembleia Municipal era soberana. No entanto, se o plenário assim entendesse, voltariam a repetir a votação.-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Miguel Monteiro perguntou à mesa se o que se iria votar era a favor da transferência de competências, naquela área específica para a autarquia, ou se era a favor da rejeição da transferência de competências, algo que não estava expresso no ponto.

O presidente da mesa voltou a referir que todos os membros tiveram acesso aos documentos e à deliberação do executivo e, portanto, não era sua função insinuar o que é que se iria votar ou dar qualquer indicação de voto.

Leu o enunciado do ponto doze e colocou-o, novamente, à votação.-----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PSD, da CLIP e do PCP/PEV e os votos favoráveis do PS, rejeitar a transferência de competências, no âmbito da lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – diploma setorial D.L. n.º 21/2019, de 30 de janeiro - no domínio da educação.-----

**FALTAS:** Não houve faltas a registar.

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 5.<sup>a</sup> sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 00H05, do dia vinte e nove de junho do ano de dois mil e dezanove e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

*(escrita conforme o novo acordo ortográfico)*